

Normas de Conduta e Relações na Escola: Um Estudo sobre Duas Escolas Públicas

Cidamaiá Santos Cardoso (*)

Regene Brito Westphal (**)

Introdução

Este artigo é parte dos resultados obtidos num trabalho de conclusão da graduação no Curso Normal Superior no ISERJ – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, em dezembro de 2010. O trabalho teve como objetivo compreender como são pautadas as relações na escola, a partir de valores e princípios das condutas constituídas na sociedade. Para alcançar este objetivo analisamos como são construídas, olhadas e incorporadas as normas institucionais da escola, a partir da ideia que Paulo Freire considera, no livro *Pedagogia da Autonomia*, em que argumenta que ensinar exige liberdade e autoridade.

No convívio dentro da sala de aula, professores e alunos buscam medir e ocupar os espaços dentro do cenário escolar. Essa busca cria conflitos silenciosos que são marcados por uma indelével e constante demonstração de força e poder. Nessa disputa o perdedor é punido e submetido aos métodos disciplinares ditos convenientes. Na experiência de estágio e na observação das queixas dos professores e alunos, foi possível observar que a conduta inadequada no ambiente escolar é um fenômeno em expansão, e que muitas vezes essa conduta pode ser oriunda das desigualdades sociais e das questões familiares.

A escolha do tema se deu, principalmente, a partir da constatação prática – em estágio realizado no Colégio de Aplicação (Cap) do ISERJ – e de observações realizadas em dois outros estabelecimentos escolares, onde foram também aplicados questionários com professores e alunos na busca de uma compreensão maior sobre os limites e as possibilidades de relações mais respeitadas e harmoniosas no ambiente escolar. Isto porque atualmente as difíceis relações escolares passaram a ser uma preocupação para professores e coordenadores

(*) Graduada no Curso Normal Superior do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ/FAETEC.

(**) Doutora em Saúde Mental pelo IPUB/UFRJ, mestre em Educação pela UFF e professora dos cursos de Pedagogia e Normal Superior do ISERJ/ FAETEC.

escolares, em que, muitas vezes, são colocados em cheque os conceitos de autoridade e da regulamentação dos limites na escola.

Investigamos o nível de conhecimento e envolvimento de alunos e professores sobre as normatizações escolares buscando identificar os sentidos que alunos e professores entrevistados atribuem às relações na escola e às normas de convívio. Buscamos também compreender como as questões sociais se relacionam com a qualidade das relações que se estabelecem na escola.

Para a coleta dos dados foram aplicados questionários para alunos e professores do ensino fundamental, do 4º e 5º ano, em duas escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro: Colégio Pedro II e Escola Municipal Matta Machado. A primeira uma escola federal de referência na educação brasileira e a outra uma escola pública de alcance universal, respectivamente. As questões abordadas nos questionários buscaram explorar o cotidiano escolar e as atitudes dos professores, em relação às normas e aos regulamentos das escolas citadas para manter a ordem e a boa convivência. Foram analisadas as representações que os professores e alunos têm das questões abordadas como um todo, levando em consideração o significado que os entrevistados atribuem à posição da escola, e as responsabilidades do cumprimento das normas institucionais na construção do conhecimento.

Liberdade, autoridade e autonomia

Liberdade, autoridade e autonomia são pilares da construção da convivência, mesmo quando temos que reconhecer a atual dicotomia existente entre a educação proposta e a educação real. Levando em consideração o grande aspecto que a afetividade tem na hora de compreendermos as normas institucionais para a relação humana e a boa convivência acreditamos que “a liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, do professor do Estado” (FREIRE, 1982: 108).

A liberdade, a partir de Freire, é uma conquista do ser humano ao longo do seu amadurecimento na história. O ser humano aprende a ser livre a cada dia. Mesmo assim é razoável pensar que, pela educação, a conquista da liberdade é tarefa permanente e o processo pedagógico legitima a sua realização. Mas teria o ser humano liberdade incondicional ou viveria em determinismo absoluto? Na perspectiva da *liberdade incondicional*, o humano poderia escolher qualquer ação para realizar?

A perspectiva *dialética* de liberdade pode ajudar a superar o impasse exposto, ou seja, o ser humano está envolto em determinações, mas, enquanto ser consciente, reconhecendo a situação de contradições em que se encontra, é capaz de atuar sobre a realidade que o cerca e operar mudanças. O que queremos refletir é que a criança desde cedo constrói gradativamente um aprendizado de liberdade para chegar à autonomia. No primeiro momento a criança aceita as normas postas pela autoridade, seja ela familiar ou escolar. Esta situação pode ser superada pela percepção racional do mundo através da abstração e da reflexão crítica tornando-se capaz de revisar valores herdados e programar mudanças. Neste caso podemos dizer que existe um processo de construção da liberdade que se forma em cada indivíduo.

Aqui refletimos e apontamos para a indispensável relação entre autoridade, liberdade e autonomia. A autoridade legítima, conforme Freire (1982: 210-211), possibilita a instalação de condições para a construção da autonomia séria, competente e comprometida. A autoridade, neste sentido, tem a indispensável presença na formação dos educandos para a autonomia. Mas a autoridade pode ser presença negativa, isto é, presença que inibe a busca inquieta do educando, negando a possibilidade da curiosidade *epistemologicamente humana*. Mas, pode essa mesma autoridade, conforme defende Freire (1993: 115-116) ser presença desafiadora, criadora e ética, capaz de produzir formação comprometida com a construção de uma vida humanamente mais digna para todos.

A autonomia é construída, na formação escolarizada, frente à capacidade que o educador tem de atuar com segurança, com competência profissional e com generosidade. Esse é o pressuposto para o exercício da autoridade libertadora ou a serviço da formação para a liberdade. Partindo da tese de que a "liberdade sem limite é tão negada quanto a liberdade asfixiada ou castrada", Freire defende a possibilidade da construção da autonomia. Autonomia essa que, além de histórica, constrói-se na criatividade e na tensa relação entre liberdade e autoridade. Portanto, é decidindo com os outros, que se aprende a decidir, num mundo repleto de *autoritarismos e licenciosidades* (FREIRE, 2006: 105).

Dessa forma, liberdade, autoridade e autonomia são construções inseparáveis, como Freire assinala, o que garante um processo na escola não descolado do mundo e da vida e, por isso, comprometido com a construção de uma história mais solidária e mais humana, como um ato também solidário de intervenção no mundo. Freire (1997: 123) é extremamente exigente em relação à coerência pedagógica, ética, humana e social dos educadores: "não há

nada talvez que desgaste mais um professor que se diz progressista do que sua prática racista, por exemplo". Ainda segundo Freire (*apud* GHIGGI & PITANO, 2009: 81),

Ensinar exige respeito à autonomia do ser educando, [...] saber que devo respeito à autonomia, à dignidade e à identidade do educando e, na prática, procurar a coerência com este saber, me leva inapelavelmente à criação de algumas virtudes ou qualidades sem as quais aquele saber vira inautêntico, palavreado vazio e vontade arrogante do mestre.

Para o educador que sabe que deve respeitar a dignidade do educando, a sua autonomia e a sua identidade no processo formativo, Freire aponta a exigência de *realização* e não de *negação* deste conhecimento, o que demanda reflexões permanentes sobre a prática educativa. A avaliação permanente do processo, para o autor, é fundamental. Freire não separa a reflexão sobre autonomia, identidade e dignidade do educando. Esta reflexão conjunta exige um qualificado esforço do educador no sentido de diminuir, cada vez mais, a distância entre o que é dito e o que é feito.

Segundo Michel Foucault, punir é demonstrar força e o mau comportamento é fruto e reflexo de uma vida secular e familiar sem limites ou parâmetros éticos (FOUCAULT, 2003: 79). O que Foucault alerta quando fala que não se deve generalizar a função punitiva é que a punição que realmente tem efeito positivo é aquela que cria no indivíduo o desejo de não mais realizar aquele “delito”. Para se atingir tais objetivos, não parece necessariamente falar em castigo físico, discriminatório, ou vingativo, mas destaca aquela atitude punitiva que leve a criança ou o adolescente a avançar e a progredir partindo de seus próprios erros. A busca pelos vínculos entre educador e educando é de suma importância nesse aspecto. Um educador inserido na realidade de seus alunos, e compreendendo a constituição de uma norma institucional, buscará alternativas para mediar conflitos de convivência. Esse processo é a própria construção da cidadania.

Regras de convivência e os meandros do processo socializador

O comportamento das crianças na escola tem sido uma das ocupações principais dos pais, dos especialistas da educação e principalmente dos professores, que conseguem lidar de forma ainda pouco eficiente com a questão da conduta apresentada por uma significativa parcela dos alunos. Observações que já realizamos em salas de aula demonstraram que, muitas vezes, o professor impõe regras de comportamento que não fazem sentido para as crianças, que obedecem pelo medo do castigo e não por considerá-las justas ou principalmente por ter construído junto com a escola as regras a serem seguidas.

Ao caracterizar historicamente a constituição da escola enquanto sistema de ensino observamos que o estabelecimento de regras de “comportamento ideais” e a preocupação com a moralidade infantil estão presentes desde tempos remotos, principalmente a partir de meados do século XIX. As discussões em torno do comportamento dos alunos persistem e hoje se tornam mais acirradas. Por isso, buscamos compreender como hoje são estabelecidas as “regras institucionais”, que é um conjunto de regras que regem uma instituição, ou uma sociedade, e como se dá no convívio escolar a submissão a essas regras. Para isto, não podemos deixar de questionar sobre sentidos implícitos que configuram a escola: quais são as regras ou normas (explícitas e implícitas) que regulam o cotidiano da sala de aula? De que forma professores e alunos participam da produção e se apropriam dessas regras? Qual é a relação dessas normas com o trabalho do professor, com as atividades dos alunos e com a produção do conhecimento? Por que obedecer é tão importante na escola? Essas são questões que nos fazem refletir sobre o teor, a forma e o contexto em que normas, leis e regras são produzidas e disseminadas no cotidiano da escola e na relação professor/aluno. Isto porque, “a estruturação de normas disciplinares provém de um aspecto importante, que está presente principalmente no Estado, mas também em qualquer instituição social, nas escolas, nas igrejas, nos hospitais, entre outras” (FOUCAULT, 1984: 107-108).

A aplicação das regras, ou o processo de disciplinarização, envolve o poder de controlar e administrar indivíduos. Esse poder discutido por Foucault (1984) possui características muito marcantes, não no sentido de repressão, mas no sentido de gerenciar a vida dos homens, controlando suas ações, aproveitando suas potencialidades, levando-os a considerar tudo que lhes é imposto pelas instituições sociais como algo importante e natural para as suas vidas. De tal forma que o indivíduo incorpora todos os valores e crenças existentes como se fossem próprios, tornando-se assim um ser docilizado e conformado. O desafio de uma educação que se pretende libertadora é desenvolver um convívio educacional que não incorra na promoção de sujeitos dóceis e conformados, mas aptos a um comportamento social que contemple uma convivência capaz de produzir sentidos nos sujeitos envolvidos no processo e seja respeitosa com a autoridade legítima dos agentes educadores, mas sem submissão ao autoritarismo que muitas vezes se disfarça de falsa autoridade. Se quisermos avançar na reflexão sobre o tema torna-se necessário conhecer o que professores dizem a respeito do comportamento e desempenho das crianças na sala de aula e na escola. Para professores e alunos o que são regras institucionais? Como os

professores trabalham questões de comportamento em sala de aula? Há relação entre aprendizado do aluno, ensino do professor com comportamentos de ambos na sala de aula?

Essas indagações surgiram de nossa observação de que as condutas inadequadas tem sido vistas por muitos professores como um problema restrito aos alunos e as suas respectivas famílias. Em geral, nessa discussão, deixa-se de lado componentes culturais, sociais, psicológicos e ideológicos que estão presentes no processo de socialização das crianças e também no próprio cotidiano escolar.

Construir deve significar antes de tudo elaborar algo que ainda não existe, com foco em substituir as ruínas de um sistema que já não surte efeito na sociedade e, portanto não resolve os problemas que excede na escola com eficiência, conforme as lições de Perrenoud (2001). A participação na criação de regras da vida comum referentes à disciplina na escola, às sanções e à apreciação da conduta, também são ações que, independente das regras institucionais, devem trilhar um caminho de buscas constantes. A negociação de atitudes que remetem ao bem comum, deve ser estabelecida, mas antes de tudo, pensada no tocante a legitimidade de tais ações.

Um acordo com os alunos acerca de normas de conduta e sanções disciplinares deve contemplar todas as possibilidades inerentes aos conflitos humanos, portanto, as tomadas de atitudes devem passar pela primazia da consciência, da justiça, da diplomacia e da efetiva resolução dos conflitos, sem marcas ou rebarbas. Um acordo é facilmente desfeito, quando fere uns em detrimento do respeito aos outros. Tal situação contribui, com efeito, para o aumento de conflitos em maior grau, e que muitas vezes não estão nem contemplados nas regras de disciplina. Requer imparcialidade, controle da demanda psicológica em exibir autoridade, e antes de tudo respeito às diferenças de pensamentos.

Estes dilemas e competências abordados por Phillippe Perrenoud (2001) constituem parte de um tratado feito por ele, com suas próprias concepções pedagógicas e busca pela construção de um sistema de aprendizado que, atenda as demandas de uma sociedade em constante processo de transformação.

Na era da comunicação de massa, com informações que surgem a um clique no controle remoto da TV, a uma palavra chave digitada nos sites de busca da internet e às poucas palavras faladas ou escritas nos telefones móveis, as pessoas permanecem cada vez mais só. Mas, a educação não se constrói apenas com informações incompletas e de conteúdo eivado em origem mercadológica e perniciosamente individualista. Mas o que hoje observamos frequentemente é que o processo educativo tem sido influenciado

significativamente pelos meios de comunicação e muitas vezes contaminado por uma inversão danosa de valores.

A família é a primeira unidade com a qual a criança tem, ou deveria ter, contato contínuo. É também o primeiro contexto no qual se desenvolve a socialização e alguns padrões de comportamento, adquiridos nesse convívio familiar, se refletem na escola e na aprendizagem da criança. Assim, ela é determinante no comportamento e na aprendizagem do aluno, pois ele leva consigo para a escola aquilo que aprende e vive em sua casa. Por isso a família pode ser a raiz de diversos problemas e dificuldades escolares apresentadas pela criança, e pode também ser um grande aliado da escola e dos professores no sucesso escolar de seus filhos, assim como os problemas familiares podem ocasionar os mais diversos reflexos no meio escolar. Principalmente por hoje existir uma forte influência da cultura televisiva de violência e consumismo influenciando significativamente o comportamento das crianças, é preciso, mais do que nunca, promover a boa comunicação entre os responsáveis pelo aluno e a escola para lidar com as nuances culturais contemporâneas.

As normas de convivência na escola

O Regimento Interno da Escola, segundo o Ministério da Educação é a primeira diretriz normativa do funcionamento escolar. O Regimento Interno é o conjunto de regras que ajudam a organizar o funcionamento da escola e na sua elaboração é garantida, ao menos teoricamente, a participação de todos os elementos da comunidade educativa. Na sua elaboração devem participar os elementos da comunidade educativa, nomeadamente os que pertencem ao Conselho Geral. Ele deve ser redigido de forma clara e acessível e estar disponível para consulta por qualquer elemento da comunidade educativa. (MEC, 2011) No ato de matrícula, os alunos, os pais e os encarregados de educação devem receber gratuitamente uma cópia do regimento e assinar uma declaração afirmando que tomaram conhecimento das normas, que as aceitam e se comprometem a cumpri-las. Mas, na realidade sabemos que nem sempre o regimento é um documento efetivamente seguido, e muitas vezes sequer consultado.

A fim de discutir de que forma as normas institucionais escolares são construídas e utilizadas, buscamos conhecer os documentos existentes, no Colégio Pedro II, unidade Engenho Novo e na Escola Municipal Matta Machado, instituições escolhidas como campo

desta pesquisa, procurando compreender a representação e a utilização dos mesmos por parte dos professores e dos alunos, assim como as condições de sua elaboração.

Constatamos que no Colégio Pedro II os principais documentos que norteiam o funcionamento escolar são os que seguem: o Regimento Interno, o Projeto Político Pedagógico, as Normas Discentes e o Manual do Aluno. Já na E.M. Matta Machado, o funcionamento é pautado pelo Regimento Interno das Escolas Municipais da Prefeitura do Rio de Janeiro e a Carta de Convivência dos Alunos.

O que pudemos observar é que as diferenças entre as duas escolas, no que diz respeito às normas teoricamente estabelecidas sobre direitos e deveres do corpo discente, são apenas de forma. As duas escolas possuem fundamentos iguais, e não poderiam ser diferentes já que ambas tentam pautar suas proposições nos princípios e valores mais amplos de nossa sociedade. No entanto, sabemos que concretamente há diferenças na vida prática e nos resultados das duas escolas examinadas. As duas escolas são diferentes e estruturadas de forma diferentes. As duas são públicas, mas com diferentes possibilidades de acesso, sendo o Colégio Pedro II – uma escola da administração pública federal – considerado de excelência, principal motivo da procura dos pais por ela. Em ambas as escolas as normas deveriam ser de conhecimento e de aprendizado de todos: professores e alunos. Em seus respectivos níveis as normas deveriam ser constantemente informadas e apreendidas por todo o corpo escolar, evidenciando assim o conhecimento coletivo dos limites do comportamento de cada ator do contexto escolar. No entanto, verificamos que nem sempre a efetiva participação na elaboração e a socialização dessas normas acontecem de forma satisfatória no ambiente escolar, o que certamente dificulta uma convivência mais harmoniosa.

Com os resultados de nossa observação de campo verificamos que 45 alunos entrevistados nas duas escolas encontram-se em faixa etária de até 16 anos, todos oriundos da 3ª e 4ª anos do ensino fundamental, alguns com distorções de idade-série e com possibilidades de alcançar a 5ª série a fim de regularizar o fluxo escolar, estes principalmente na Escola Matta Machado. Essa distorção idade-série pode também contribuir para episódios de comportamentos inadequados na medida em que há interesses conflitantes entre as faixas etárias. Sobre as causas de mau comportamento no ambiente escolar, cerca de 70% dos professores de ambas as escolas, apontam que elas estão ligadas a questões de relações extra-escolares, em sua maior parte, referentes à família e à sociedade. Como exemplo, há uma situação que tivemos a oportunidade de vivenciar na E.M. Matta Machado:

Ângelo menino inteligente, mas sem muito tempo para apresentar boas notas nas provas, exibia uma agressividade a flor da pele e essa agressividade era sempre, para os professores, justificativa de suas notas baixas, da não aprendizagem. Observando bem a não aprendizagem desse aluno parecia ter origem na instabilidade familiar. Parecia ser em função da falta de convivência com o pai, preso por tráfico de drogas; do novo casamento da mãe; da divisão da extremada pobreza com o novo irmão. Parecia que às vezes esses problemas eram suficientes para extravasar e descontar nos colegas com brincadeiras violentas, chegando ao ponto de quebrar o braço do colega e ser trocado de escola. A solução encontrada pela escola foi cumprir a regra imposta pelo regime interno, recém introduzido no cotidiano das escolas municipais do Rio, e expulsar o aluno.

Tomar as regras escolares como estudo requer que se considere as diferenças marcantes entre as duas escolas estudadas. Entre elas há uma distinção de conhecimento das normas. No Colégio Pedro II (CPII), a maioria dos alunos conhece as normas, o que não é a realidade encontrada na escola Matta Machado. Mas há também semelhanças, como por exemplo: nas duas escolas os alunos não participaram da elaboração destas normas. No CPII por serem suas normas aplicadas há muitos anos, e na outra escola por ser uma resolução institucional nova criada em 2010. Mas, em ambas, a maioria dos alunos concorda com a importância de existirem normas para a boa convivência.

Na avaliação das entrevistas dos professores, nas duas escolas, observamos que a maioria reconhece suas próprias fragilidades em relação ao conhecimento das normas dizendo conhecê-las em parte, mas afirmam serem as normas fundamentais para a convivência escolar. E é importante mencionar que diante da pergunta sobre onde está a questão central do não cumprimento das normas, por parte dos alunos, as professoras colocaram que o maior vilão desta questão é a imposição de regras sem discussão ou reflexão conjunta com os alunos. Os professores de ambas as escolas, apontam questões de relações extra-escolares como influenciando no comportamento dos alunos nas escolas, em sua maior parte, assuntos referentes à família. Nos resultados relativos à opinião dos professores, tendo como universo as duas escolas, mais da metade deles (53,7%) acha que as dificuldades para o cumprimento das normas escolares são decorrentes da dinâmica emocional e social dos alunos. Nesse aspecto os alunos da escola mais universalizada são mais carentes afetivamente, sendo essa condição a mais frequente em nossas escolas. Estes alunos buscam insistentemente, e às vezes de qualquer forma a seu alcance, chamar a atenção do professor e dos colegas, de modo inadequado para os padrões da sala de aula. Portanto, não é difícil que ocorra em muitos casos apego excessivo com uma professora e desprezo, rejeição e até agressão a outras professoras.

O que se percebe com este tipo de constatação, é que, apesar das dificuldades atuais, a família deveria desempenhar sua função estruturadora da dinâmica emocional de seus filhos. Ela é fundamental na formação da personalidade da criança, pois é na família que se assimilam valores que permanecem por toda a vida. Portanto, os pais são os modelos básicos para a criança e são os que poderiam dar maior segurança as crianças, ou seja, a criança precisa contar com as pessoas que são mais próximas para se espelhar e receber a atenção as suas demandas evitando assim que estas demandas sejam despejadas equivocadamente no ambiente escolar. Quando a criança é insegura ela fatalmente apresentará dificuldades e antagonismos na aceitação das regras institucionais da escola. Observamos ainda que os fatores sócios econômicos contribuem de forma significativa e negativa dentro da escola. Constatamos que as crianças que dependiam da alimentação da escola, quando por algum motivo perdiam a oportunidade de comer, apresentavam alterações de comportamento gerando muitas vezes deficiências no aprendizado. Os alunos com idade mais avançada que a média apresentavam dificuldade em respeitar o professor. Além disso, havia muitas crianças com poucas condições para estudar. Muitas vezes sem os materiais escolares essas crianças também apresentam a característica da indisciplina.

Sobre os professores, constatamos que a maioria tem sido desprestigiada e muitas vezes são violentados por condutas agressivas dos alunos e das instituições em que trabalham. Apesar do entendimento quase unânime de que os professores são os principais mediadores do processo de desenvolvimento dos alunos, eles têm muitas vezes acumulado doenças físicas e psíquicas que tornam seu fazer pedagógico um sofrimento para si e para os alunos que atendem. Situam-se no fogo cruzado da troca de acusações entre escola, profissionais da educação e família. Para a compreensão de todas as agruras referentes as relações interpessoais na escola primeiro será preciso entender a realidade como muitas realidades. A escola é complexa, com muitos autores e muitos atores e representantes, mas com um final cada vez mais comum: dificuldades relacionais e conseqüentemente pedagógicas.

Considerações finais

Este estudo não se pretende conclusivo, mas esperamos contribuir para a discussão de como vivenciar a sala de aula buscando cada vez mais sujeitos dispostos ao diálogo. De acordo com as observações realizadas, no tempo de permanência nas escolas e com a análise

das entrevistas, verificamos que as professoras, em geral, têm uma expectativa de padrão de comportamento das crianças. Para elas o requisito mais importante para o trabalho na sala de aula é sentar-se, ficar quieto, organizar a turma e manter tal organização. Daí advém um dos muitos problemas que observamos nas salas de aula e que está diretamente relacionado com a excessiva valorização de determinados comportamentos pelas professoras e conseqüentemente com a manifestação da conduta inadequada, pois as crianças não conseguem permanecer quietas, sem conversarem umas com as outras e sem se levantarem do lugar durante todo o período da aula, é de sua natureza a inquietação. Mas, é frequente as professoras estabelecerem um sistema de controle dos alunos. O comportamento é sempre vigiado e controlado por elas e nos casos de desobediência elas também estabelecem as punições ou castigos avaliados como necessários, alegando já terem combinado as regras com as crianças anteriormente. Ao final desse trabalho confirmamos uma de nossas hipóteses iniciais: as normas de conduta são “aprendidas” a partir de relações e valores que nem sempre são explicitados pelas professoras, às vezes elas próprias os desconhecem. Quando observamos o cotidiano da escola e da sala de aula, verificamos que há por parte das professoras uma grande ênfase em chamar sempre a atenção daquele aluno que se comporta diferente dos padrões estabelecidos socialmente. Em nossa pesquisa verificamos que a escola e as professoras têm colaborado para o desvio de conduta dos alunos, pois a obsessão pelo controle e o autoritarismo fazem com que as crianças sejam obrigadas a obedecer. Porém, para as crianças, os motivos dessa obediência não são claros e por isso não contribuem para sua formação. Constatamos que não há como separar o ensinar e o aprender do afeto da relação professor/aluno. Nesse sentido, as professoras tornam-se referência fundamental para os alunos que se espelham nelas e delas incorporam até mesmo suas “falas” de que é preciso obedecer para ser um bom aluno e aprender.

Baseados em reflexões sobre as vozes dos sujeitos pesquisados sobre normas institucionais, salientamos alguns aspectos importantes, para que pensemos sobre as reais possibilidades de sucesso de convivências, desses e de outros alunos. A escola precisa estar ciente para o fato de que todos têm condição de conviver e aprender, porém as modalidades de ações na convivência são diferentes e precisam ser reconhecidas e impulsionadas. É fundamental que tenhamos muito claro qual a criança estamos ajudando a formar e que escola desejamos para construir essa formação. Apesar dos problemas e dificuldades que se apresentam no cotidiano, os objetivos da ação educativa devem ser coerentes com as bases de nossa formação. Só podemos escolher o caminho a seguir se tivermos em mente onde

queremos chegar. Re-significar o cotidiano escolar, transformando a busca do conhecimento num processo dinâmico onde o diálogo e o convívio seja estimulado entre todos.

Referências

- BRASIL. *Decreto lei nº 9394-96 de dispõe sobre a lei de diretrizes e bases da educação*. Brasília, 20 de dezembro 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 14ª ed. 1987.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 33ª ed., 2006.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 7ª ed., 1977.
- GHIGGI, Gomercindo; PITANO, Sandro de Castro. *Origens e concepções de autoridade e educação para liberdade em Paulo Freire*. São Luís: Ed. São Luís, 2009.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio TEIXEIRA. SEEC, 2011.
- _____. *Normas e procedimentos discentes do Colégio Pedro II*. 2008.
- PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para uma nova profissão*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação Universidade de Genebra, Suíça 2001.
- RIO DE JANEIRO. *Resolução SME nº 1074, dispõe sobre regimento escolar básico da rede pública*. Secretaria Municipal de Educação, 14 de abril de 2010.
- RIO DE JANEIRO. *Multieducação – temas em debate*. Secretaria Municipal de Educação, 2010.

Resumo: Esse trabalho reflete como são pautadas as relações na escola, a partir de valores e princípios das condutas constituídas na sociedade. Fizemos uma reflexão sobre a importância da gestão democrática para a elaboração e cumprimento de normas institucionais de forma a possibilitar os alunos e professores elaborarem conjuntamente normas e regulamentos que melhorem a boa convivência no espaço escolar. Para essa reflexão investigamos o nível de conhecimento e envolvimento de alunos e professores diante das normatizações escolares buscando Identificar os sentidos que alunos e professores entrevistados atribuem as relações na escola e as normas de convívio. Buscamos também compreender como as questões sociais se relacionam com a qualidade das relações que se estabelecem na escola.

Palavras-chave: Autoridade; Normas; Relações Escolares.

Abstract: This work reflects how the relations ships are based in school, from values and principles of conduct established in society. We reflect on the importance of democratic governance for development and enforcement of institutional rules in order to enable students and teachers jointly develop standards and regulations to improve coexistence at school. For this discussion we investigate the level of knowledge and involvement of students and teachers before the school norms seeking to identify the meanings that students

and teachers interviewed attributed the relations in school and living standards. We seek also to understand how social issues are related to the quality of relationships established at school.

Keywords: Authority; Norms; School Relationships.

Recebido em: 09/08/2012

Aceito em: 05/09/2012